

“Progresso”, “ordem”, “regeneração”: do Ultimato à Ditadura Militar

João Paulo Avelãs Nunes
(FLUC e CEIS20 da UC)

Introdução

Assistiu-se, nas últimas duas décadas, a um aumento significativo, quer da produção de discursos científicos nacionais e estrangeiros sobre a Primeira República portuguesa, quer do grau de autonomia desses esforços de reconstituição e interpretação perante as estratégias de instituições públicas e de organizações privadas, ao debate cultural e simbólico em geral. Observa-se, no entanto, que o peso de vectores ideológicos alienantes se mantém elevado; que os investigadores e divulgadores adoptam, muitas vezes, conceitos e perspectivas de análise tão aparentemente divergentes que dificultam as tentativas de comparação e/ou de síntese. Se, por um lado, as comemorações do Centenário da República estão a potenciar a estruturação e a rentabilização social das referidas leituras; por outro, ampliam os riscos de autolimitação e de instrumentalização.

Complementarmente, vive-se hoje uma crise totalizante (económico-financeira, social e política; portuguesa, da União Europeia, global) que torna — ou deveria tornar — interessante e útil o conhecimento objectivante acerca da Primeira República como período marcado por significativas dificuldades, cuja gestão acabou por redundar na implantação e no consolidar de regimes ditatoriais de direita: a Ditadura Militar e o Estado Novo. Para além do mais, o estudo do período de 1910 a 1926 pressupõe a abordagem da conjuntura imediatamente anterior (1890-1910) e das seis décadas vividas desde a Revolução de 1820; inclui equilíbrios e soluções diferenciáveis como a “República Velha”, a “União Sagrada”, o sidonismo, a “Nova República Velha”, os Governos liderados por Álvaro de Castro e José Domingos dos Santos.

Beneficiando do trabalho já realizado por diversos especialistas, considera-se ser possível e procura-se nesta comunicação elencar um conjunto de noções teóricas que deverão reforçar a operatividade das análises sobre o sistema político e as correntes ideológicas em Portugal durante a Primeira República. Seria um regime demoliberal

com elementos de autoritarismo. Apresentaria baixos níveis de integração social e política; elevados graus de absentismo cívico e de radicalismo. Teria elites defensoras de concepções anticlericais, laicizantes ou integristas católicas; modernizadoras, conservadoras ou tradicionalistas. Apresentaria muitos dos elementos-tipo de um país de desenvolvimento intermédio (de uma semi-periferia da economia-mundo capitalista e do sistema de relações internacionais)¹.

Portugal, a Europa e o Mundo

Enquanto estudioso, sobretudo, das décadas de trinta a setenta do século XX, tenho adoptado uma postura algo ‘instrumental’ relativamente ao período da história de Portugal que decorreu entre 1890 e 1926. Tratava-se, antes de mais, de identificar os antecedentes imediatos da Ditadura Militar e do Estado Novo. Daqui resulta a desvalorização dos aspectos de curto prazo, específicos da etapa final da Monarquia Constitucional e da Primeira República; o realçar das vertentes de médio e de longo prazos, que viabilizam abordagens estruturais no que concerne às mudanças e às permanências ocorridas nos planos político-institucional, socioeconómico, cultural e ideológico.

Face ao envolvimento do nosso país na economia-mundo capitalista e no sistema de relações internacionais, será, também, essencial, comparar a experiência histórica portuguesa com a evolução verificada em outros Estados da Europa e do Mundo. Provavelmente, só o escasso desenvolvimento entre nós, durante décadas, da “nova historiografia”, explica a influência predominante das teses que proclamam a “excepção lusa” (ou a “originalidade ibérica”). Quase todos os recentes projectos de investigação sobre história contemporânea de Portugal têm vindo a identificar características que, em maior ou menor grau, se encontram presentes em outras realidades nacionais.

No que concerne à Primeira República, deverá, pois, optar-se por uma análise de Portugal enquanto “objecto de estudo normal”, observável a partir de modelos teóricos consensualizados e de âmbito genérico. Depois de mais meio século de vigência do modelo liberal conservador, o republicanismo luso atingiu a maturidade numa conjuntura de crise global, reforçada por um diagnóstico interno de “fracasso e

¹ Cfr., nomeadamente, F. Catroga, 1991; A.C. Homem, 1989; F.F. Lopes, 1994; F. Rosas, 2009.

decadência”. O “empenhamento patriótico” e a “racionalidade científica” exigiriam, assim, um novo ímpeto regenerador, baseado em transformações de cariz republicano e democratizante, laicizante e modernizador².

Soluções demoliberais

Mau grado toda a retórica coeva e as posteriores confirmações por parte de sucessivas leituras historiográficas, haverá mais similitudes do que diferenças entre a Monarquia Constitucional posterior à Crise de 1890/1891 e a Primeira República. Em ambos os casos, ter-se-á pretendido ultrapassar situações-limite de bloqueio e de disfunção para o poder político e para o país substituindo o regime liberal conservador vigente e contendo ameaças oriundas das oposições; ampliando as responsabilidades sociais e económicas do Estado; dinamizando organizações partidárias de “novo tipo” que enquadrassem, quer as elites tradicionais, quer as emergentes classes médias e classes populares urbanas.

De acordo com esta perspectiva, por muito importantes e fracturantes que fossem questões como o modo de escolha e as competências do Chefe de Estado — Monarca ou Presidente da República — ou o peso da Igreja e da “acção católica” na sociedade portuguesa, outras problemáticas alcançaram maior relevo e devem ser prioritariamente consideradas. Para além do mais, a generalidade das citadas causas era transversalmente assumida pelos sectores monárquicos e republicanos liderantes, permanecendo como “objectivos nacionais” desde o desagregar dos “equilíbrios oligárquicos” que viabilizaram a Regeneração até à opção ‘definitiva’ por modelos políticos e sociais ditatoriais (autoritários e/ou totalitários).

Referem-se, nomeadamente, questões como a situação internacional e o relacionamento preferencial com a Grã-Bretanha; o intensificar da exploração dos recursos do “Império” e a conciliação dos interesses dos empresários da “Metrópole” e das “Colónias”; o ampliar parcial dos níveis de participação política formal e a “repressão moderada” do “adversário principal” (os “republicanos intransigentes” primeiro, os “monárquicos golpistas” depois); a intervenção do Estado no “fomento económico” e no densificar da rede de organizações de representação socioprofissional; o promulgar de legislação sociolaboral e o desencadear de iniciativas públicas em áreas

² Cfr., entre outros, M. Baião, 2004; F. Catroga, 2010; A.M. Espanha, 2003; F.R. Meneses, 2000; A.L. Pereira, 2001; A.C. Pinto, 2000; M.D. Santos, 2010; H. Torre Gómez, 1998.

como a saúde e a habitação para as “classes desprovidas”; a modernização do sistema de ensino — condição necessária à requalificação das “classes médias e superiores” — e a promoção do acesso das “classes baixas” à cultura erudita (alfabetização, formação profissional, inculcação ideológica).

Tendo por referência uma tipologia de soluções políticas vigentes na época contemporânea à escala mundial, defende-se, pois, que, tanto o esforço de reabilitação da Monarquia protagonizado pelo Rei D. Carlos e por João Franco, como a Primeira República, assumiram a forma de regimes demoliberais com elementos de autoritarismo. Ocorreu, em simultâneo, a permanência das concepções elitistas decorrentes, directa ou indirectamente, dos princípios liberais conservadores; o reconhecimento das vantagens em integrar no sistema político alguns outros segmentos da população; a caracterização dos membros das “classes trabalhadoras” como indivíduos “física e intelectualmente inferiores” e a legitimação de modalidades repressivas voltadas para as referidas “classes perigosas”.

Monárquicos e republicanos tenderam a encarar-se como a única via legítima de “organização política da Nação”. O pensamento jurídico, a tradição e/ou a ciência demonstrariam a validade e a necessidade das propostas e das práticas de cada uma das duas grandes correntes ideológicas; o carácter quase “patológico e estrangeiro” do ideário e da actuação do movimento político alternativo. Uma tal percepção dificultava o estabelecimento de “acordos de regime” entre os partidos de centro/direita e de centro/esquerda; fomentava a adopção de medidas autoritárias e, em sentido alternativo, de estratégias revolucionárias; incentivava a continuidade dos hábitos de caciquismo e de clientelismo herdados do liberalismo conservador e, num outro contexto, da própria Monarquia Absoluta de Direito Divino e Carácter Corporativo.

A não introdução de um regime democrático — ou, pelo menos, de um sistema eleitoral universal e proporcional — era justificada pelos monárquicos com a mundividência censitária e com a convicção acerca da “inferioridades das mulheres”, com os receios perante as “classes médias republicanizadas” e face à militância socialista ou anarquista. Por sua vez, os republicanos invocaram o analfabetismo e a “impreparação cívica” do campesinato, a vinculação de muitas das mulheres às escolhas políticas da Igreja Católica, a natureza intrinsecamente conspiratória do “revirinho

monárquico” e a “demagogia irresponsável” das correntes socialistas (partidos e sindicatos, associações culturais e desportivas, organizações milicianas).

Para além dos factores estritamente ideológicos citados, será, também, necessário referir condicionalismos de âmbito mais social. A prevalência do figurino demoliberal em alternativa à solução democrática é associável, igualmente, à vivência pré-cívica e ao absentismo político que marcavam grande parte dos portugueses, ou seja, à relativa precariedade da pressão popular em defesa da democracia. Convergentemente, as limitações de direitos políticos e os vectores de autoritarismo foram facilitados pelas posturas muitas vezes radicais e fracturantes da maioria das elites em presença. De certa forma, as várias minorias activas visaram compensar com um excesso de militância e de sectarismo a escassez de apoio social e de legitimação colectiva.

Um outro conjunto de indicadores que reforçará a operatividade da aplicação do conceito de regime demoliberal ao estudo da Primeira República — e, antes, da última etapa da Monarquia Constitucional — tem a ver com a regulação pública da economia e das relações sociais. Constatada a situação de crise que afectava Portugal (por muitos encarada como fracasso ou decadência), monárquicos e republicanos advogaram o abandono da “ortodoxia liberal” e uma acrescida intervenção do Estado. Devido à ausência de enquadramento teórico — o marginalismo era a corrente de pensamento hegemónica, o corporativismo e os socialismos concepções ainda relativamente periféricas —, à escassez de experiência político-administrativa, à oposição de uma parcela significativa dos agentes económicos, à limitada pressão ou ao “maximalismo” das “classes populares”, as mudanças foram apenas parcelares.

Em termos nacionais e, mais ainda, no plano internacional, de 1890/1891 a 1926 o Estado Português adoptou uma estratégia mista (demoliberal) quanto à governação económica e social. Antes, durante e após a Primeira Grande Guerra, a legislação lusa acompanhou as transformações registadas nos países desenvolvidos. As distâncias entre a “esfera legal”, as opções das instituições públicas e as práticas da “sociedade civil” revelaram-se, no entanto, decisivas. Os órgãos de soberania e as associações empresariais não definiram qualquer estratégia eficaz de reposicionamento do país na economia mundial. Governos, patrões e sindicatos recusaram negociar soluções que permitissem uma gradual melhoria das condições médias de vida sem que daí resultasse

perda de competitividade da economia portuguesa ou prejuízos significativos para parte dos interesses envolvidos³.

Um “regime revolucionário”?

Se recuarmos ao imediato pós-25 de Abril de 1974, quando a história contemporânea voltou a ser investigada em Portugal sem os obstáculos impostos durante o Estado Novo, o essencial dos estudiosos referia-se à Primeira República como uma “democracia liberal”. O regime instituído no seguimento da “Revolução do Cravos” seria, assim, um retomar da “experiência democrática” de 1910 a 1926. Quanto aos aspectos “menos democráticos” do “regime republicano”, decorreriam, quer dos erros de muitos dos seus dirigentes, quer da postura “sectária e violenta” dos opositores (monárquicos, Igreja e “acção católica”, associações patronais, “movimento operário”). No essencial, os discursos cívicos e didácticos reproduziam e amplificavam esta mesma leitura acerca da Primeira República.

Criticando a citada corrente historiográfico-ideológica, alguns investigadores têm defendido uma interpretação significativamente diferente do período que decorreu entre 1910 e 1926, focalizando a atenção, tanto nos respectivos pressupostos ideológicos, como na *praxis* político-institucional. Estaríamos perante um “regime revolucionário”, isto é, face a uma solução política que, aparentando, embora, uma natureza demoliberal, na realidade ostentaria um cariz estruturalmente ditatorial (autoritário). Para estes historiadores, haveria semelhanças essenciais entre as propostas da primeira geração de estudiosos e as análises de um terceiro subuniverso, que assume leituras menos condicionadas por vectores ideológicos alienantes.

Ao invés do sucedido com as outras forças políticas da Monarquia Constitucional, o Partido Republicano Português — e, depois, a “facção democrática” liderada por Afonso Costa — apresentar-se-ia como entidade “refundadora da Pátria”, portadora dos valores e do conhecimento indispensáveis à melhoria, por um lado, das condições de vida dos portugueses; por outro, do posicionamento e do prestígio externos do país. Consequentemente, qualquer divisão no seio da “família republicana”

³ Cfr., nomeadamente, P.T. Almeida, 1998; F. Catroga, 1991; A.C. Homem, 1989; E.C. Leal, 2008; F.F. Lopes, 1994; F. Medeiros, 1978; F.R. Meneses, 2000; J.P.A. Nunes, 2001; A.L. Pereira, 2001; A.C. Pinto, 2000; F. Rosas, 2009; M.D. Santos, 2010; N.S. Teixeira, 1996; A.J. Telo, 1980-1984; A.J. Telo, 2000.

constituiria uma amputação da “capacidade regeneradora” daquele ideário; todas as alternativas políticas eram intrinsecamente erróneas. A conquista do Estado por via revolucionária e a permanência no Governo — mesmo que à custa de estratégias de manipulação e repressão — assumiriam, assim, a forma, não de uma ambição indevida de poder, mas de um “imperativo moral” (um “imperativo categórico da história”).

Uma vez implantado o novo regime a 5 de Outubro de 1910, legitimado por um horizonte ideológico pré-totalitário, o poder republicano teria recorrido a uma sucessão de modalidades de intervenção que iam do maniqueísmo populista ao controlo autoritário, passando pela mobilização miliciana. Destacar-se-iam, nomeadamente, situações como a manipulação legislativa e administrativa dos resultados eleitorais, a perseguição de que foram alvo personalidades monárquicas e/ou católicas (por exemplo, na Universidade e nas Forças Armadas), a violência exercida sobre a Igreja e a “acção católica” tendo por objectivos a “laicização radical” do Estado e da “sociedade civil”, a repressão do movimento sindical através do aparelho de Estado e de organizações milicianas oficiosas, o impor da participação de Portugal na Primeira Grande Guerra e de múltiplas limitações às “liberdades cívicas”.

Segundo os historiadores que postulam esta interpretação, a Primeira República não foi, portanto, nem uma “democracia liberal”, nem um regime demoliberal. Imbuídos de uma ideologia pré-totalitária mas limitados pelos seus próprios valores liberais e pela pressão externa (antes de mais da Grã-Bretanha e da França), os republicanos portugueses — ou, pelo menos, os “republicanos radicais”, dominantes até 1923 — teriam estruturado um sistema político atípico e específico da realidade lusa, intrinsecamente ditatorial (autoritário) mas formalmente demoliberal. A intransigência manifestada pelas oposições (de extrema-direita, direita, centro/direita e extrema-esquerda) e o derrube do próprio regime por iniciativa “das Forças Armadas” decorreria, assim, da intolerância ideológica, da instabilidade e da violência políticas, da monopolização artificial (não legitimada) do poder introduzidos pelos republicanos.

Na esteira dos investigadores que têm advogado interpretações menos apologéticas e menos condenatórias sobre a Primeira República, considero que a leitura antes resumida perde em operatividade e em capacidade de objectivação por ignorar ou desvalorizar diversos conceitos e dados empíricos relevantes. Evocam-se, entre outros, o carácter habitualmente “excepcional” (para-ditatorial ou ditatorial) da “situação

política” portuguesa mesmo depois de 1820 ou de 1834; a similitude entre a experiência política lusa e as situações vividas na grande maioria dos países e dos territórios semiperiféricos e periféricos ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX; a natureza totalizante (o que não é sinónimo de totalitária) da generalidade das correntes ideológicas surgidas na época contemporânea; os diferentes níveis e modalidades de violência política — com diferentes protagonistas — verificados entre nós antes e depois da Primeira Grande Guerra ou do início da década de 1920⁴.

Condicionalismos extremos e opções trágicas

Depois de esboçada uma reflexão acerca das categorias teóricas que deverão ser utilizadas para auxiliar na compreensão da Primeira República enquanto realidade político-ideológica, justifica-se tentar uma caracterização dos contextos que influenciaram a evolução e o desfecho do segundo regime demoliberal luso. Em termos externos, Portugal não deixou de ser um país e uma potência colonial inevitavelmente dependente da Grã-Bretanha e, em menor grau, da França; uma economia pouco desenvolvida, cujos principais factores competitivos eram os baixos salários e a quase ausência de direitos sociolaborais para a grande maioria dos trabalhadores; um Estado endividado ao estrangeiro e envolvido por um conflito militar da dimensão da Primeira Grande Guerra (enquanto não-beligerante e, mais tarde, por decisão própria, como beligerante).

Sobre os condicionalismos internos, será correcto afirmar que o nosso país manteve significativas dificuldades em lidar com fenómenos associados aos processos de afirmação da economia-mundo capitalista e de massificação da vida política. Entre outros sintomas desse desfazamento relativo, citam-se a continuidade de uma estrutura social muito desigual, com uma grande percentagem de pobres e elevadas taxas de analfabetismo (de não acesso à cultura erudita); elites irredutivelmente divididas entre concepções modernizadoras, conservadoras e tradicionalistas; níveis decisivos de vivência pré-cívica e de absentismo político entre as classes populares, acompanhados por um significativo afastamento de muitas das “minorias activas” — de extrema-direita, direita, centro/direita, centro/esquerda e extrema-esquerda — face aos

⁴ Cfr., entre outros, M. Baiôa, 2004; F. Catroga, 2011; A.H.O. Marques, 1991; A.C. Pinto, 2000; R. Ramos, 1994; R. Rémond, 1994; A.M. Silva, 2006; V.P. Valente, 1976.

objectivos e aos pressupostos da democracia; hábitos generalizados de caciquismo, nepotismo e corrupção.

Verificando-se a operatividade deste balanço — em grande parte explicitado já antes e durante os anos de 1910 a 1926 —, torna-se evidente que a margem de manobra e as probabilidades de sucesso da Primeira República enquanto regime demoliberal (ou como democracia) eram escassas. Uma tal precariedade exigiria, pois, aos dirigentes e aos defensores da solução republicana, pragmatismo e disponibilidade para negociar, rigor ético e empenho em ir corrigindo os procedimentos adoptados; capacidade de manter a base social de apoio inicial e de conquistar outros empenhamentos, nomeadamente nos “meios intelectuais” e nos sectores católicos, nas “classes baixas” urbanas e rurais, na administração pública e nas Forças Armadas.

Pelo menos até ao início da década de 1920, as escolhas assumidas pelas lideranças da Primeira República portuguesa terão, em grande parte, seguido outras lógicas. Predominaram a intolerância ideológica e a arrogância cientista; o esforço de laicização do Estado e da “sociedade civil” transformou-se numa tentativa de desarticulação da Igreja e da “acção católica”; a legislação e o aparelho de Estado foram abertamente utilizados como instrumentos de controlo e de repressão de monárquicos, católicos e “activistas sindicais”; mantiveram-se os elevados níveis de desintegração política e de desprotecção social das classes populares; a participação na Primeira Grande Guerra não foi acompanhada por iniciativas eficazes de “mobilização nacional”, de atenuação das dificuldades e de redistribuição dos benefícios; os conflitos entre individualidades, o nepotismo e a corrupção ampliaram a instabilidade política e agravaram a incapacidade de concretizar mudanças substanciais nas áreas económica e financeira, social e educativa.

Mais difícil de compreender é, entretanto, o modo como as forças políticas de centro/esquerda e de esquerda provocaram a queda dos Governos chefiados, respectivamente, por Álvaro de Castro e por José Domingos dos Santos (1923 a 1925). Numa etapa de relativo apaziguamento dos conflitos com os monárquicos e os católicos, quando o desprestígio da Primeira República se acentuava e se multiplicavam os indícios de que sectores que iam do centro/direita à extrema-direita preparavam um “golpe militar definitivo”, os propósitos e a actuação daqueles Executivos pareciam poder garantir a continuidade do regime demoliberal. Assumiram, timoratamente

embora, a necessidade de alargamento da base social de apoio à solução republicana e da sua democratização, consolidaram a gestão orçamental e combateram fenómenos de corrupção, esboçaram políticas económicas e sociais de matriz proto-keynesiana, comprometeram-se a atribuir maior importância às questões da educação e da formação profissional⁵.

Conclusão

Visou-se com o presente texto reflectir sobre o conceito que melhor poderá ajudar a caracterizar a Primeira República portuguesa enquanto experiência político-institucional. Escolheu-se, para o efeito, a noção teórica de regime demoliberal com características de autoritarismo e comparou-se a mesma com outras categorias — “democracia liberal” e “regime revolucionário” —, aventadas por estudiosos integráveis em correntes historiográfico-ideológicas eventualmente mais laudatórias ou condenatórias das opções cívicas dominantes nos anos de 1910 a 1926. Para além da própria realidade nacional, teve-se em conta a evolução ocorrida nos outros países e territórios da Europa e do Mundo no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Focalizou-se, sobretudo, a atenção nas concepções e na actuação de individualidades, organizações e instituições que estruturaram ou apoiaram a solução constitucional vigente durante pouco mais de quinze anos. Será, no entanto, importante lembrar que a Primeira República também teve de conviver com ou foi interrompida pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918); por um “movimento operário” quantitativamente limitado mas muito radicalizado; por iniciativas de “restauração dinástica” cada vez mais distantes do exemplo da anterior Monarquia Constitucional e próximas de valores tradicionalistas ou de extrema-direita; pelo “interregno sidonista” (1917-1919), que acabou por se transformar num processo muito mais complexo do que uma mera tentativa de tomada do poder pelos sectores republicanos de centro/direita.

Defende-se que terão existido mais semelhanças do que diferenças entre a etapa final da Monarquia Constitucional (1890/1891-1910) e a Primeira República. Fizemo-lo porque, apesar da mudança do modo de escolha e das competências do Chefe de Estado, muitos outros aspectos foram similares; porque ambos os figurinos constitucionais

⁵ Cfr., nomeadamente, M. Baiôa, 2004; E.C. Leal, 2008; 1994; F.R. Meneses, 2000; J.P.A. Nunes, 2001; A.C. Pinto, 2000; F. Rosas, 2009; M.D. Santos, 2010; A.J. Telo, 2000.

fracassaram. Desse balanço poderá resultar a conclusão de que é difícil ou impossível consolidar regimes demoliberais que não tendam para a sua própria democratização; que não combatam o caciquismo político, o absentismo cívico e a desintegração sociocultural; que não contribuam para o desenvolvimento económico e para a melhoria das condições médias de vida da população.

Documentação e bibliografia

- ALMEIDA, Pedro Tavares de (org.), *Legislação eleitoral portuguesa (1820-1926)*, Lisboa, IN, 1998.
- BAIÔA, Manuel (ed.), *Elites e poder. A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *A I República portuguesa. Uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 volumes, Coimbra, FLUC, 1991.
- CATROGA, Fernando e ALMEIDA, Pedro Tavares de (coord.), *República (1820-1926). Cidadania e representação política em Portugal. Catálogo*, Lisboa, AR, 2010.
- CATROGA, Fernando, “Transição e ditadura em Portugal nos primórdios do século XX”, MARTINS, Rui Cunha (coord.), *Portugal 1974. Transição política em perspectiva histórica*, Coimbra, IUC, 2011, p. 31-95.
- HESPANHA, António Manuel, “Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado social. Continuidades e rupturas”, *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 165, Inverno de 2003, p. 1285-1302.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- LEAL, Ernesto Castro, *O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, IUC, 2008.
- LOPES, Fernando Farelo, *Poder político e caciquismo na Primeira República portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

- MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, vol. XI.
- MEDEIROS, Fernando, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e sidonismo. Portugal em guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- NUNES, João Paulo Avelãs e outros, *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, FLUC, 2001, 2ª edição.
- PEREIRA, Ana Leonor, *Darwin em Portugal: filosofia, história, engenharia social (1865-1914)*, Coimbra, Livraria Almedina, 2001.
- PINTO, António Costa e TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *A Primeira República entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- RAMOS, Rui, *A segunda fundação (1890-1926)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 6.
- RÉMOND, René, *Introdução à história do nosso tempo* (trad. do francês), Lisboa, Gradiva, 1994.
- ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009.
- SANTOS, Miguel Dias, *A contra-revolução na I República (1910-1919)*, Coimbra, IUC, 2010.
- SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e o sidonismo*, 2 volumes, Coimbra, IUC, 2006.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O poder e a guerra (1914-1918)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- TELO, António José, *Decadência e queda da Primeira República portuguesa*, 2 volumes, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980-1984.
- TELO, António José e TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, *Portugal e a Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, *Do “perigo espanhol” à amizade peninsular. Portugal-Espanha (1919-1930)* (trad. do castelhano), Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

VALENTE, Vasco Pulido, *O poder e o povo: a Revolução de 1910*, Lisboa,
Publicações Dom Quixote, 1976.

Coimbra, 01/09/11